

# DISCURSO TEÓRICO DA SUSTENTABILIDADE E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA

Andréia Furtado da Fontoura<sup>1</sup>, Daiane Loreto de Vargas<sup>2</sup>, Aline Guterres Ferreira<sup>3</sup>, Cristiane Maria Tonneto Godoy<sup>4</sup>, José Geraldo Wizniewsky<sup>5</sup>

**RESUMO** – A sustentabilidade faz parte de um novo discurso das organizações mundiais sobre desenvolvimento socioambiental, o qual começou pelos países desenvolvidos com o Relatório de Brundtland, onde a preocupação com a preservação dos recursos naturais e com as futuras gerações se faz presente. Mas, o mesmo relatório incentiva um alto padrão de crescimento econômico e consequentemente da utilização dos recursos naturais, o que torna o discurso contraditório, pois o atual padrão de vida e de consumo da sociedade, onde novas e questionáveis "necessidades" estão surgindo, não se sustenta. Nesse sentido, surgem algumas correntes "ecossociais" com propostas de ações inovadoras de desenvolvimento social e ambiental, as quais são baseadas principalmente na valorização dos "saberes locais".

Palavras-chave: Crise socioambiental, padrão de vida, sustentabilidade.

## *THEORETICAL DISCOURSE OF SUSTAINABILITY AND ITS PRACTICAL APPLICATION*

**ABSTRACT** – Sustainability is part of a new discourse of global organizations on environmental development, which started in developed countries with the Brundtland Report, where concern for the preservation of natural resources and the future generations is present. But the same report encourages a high standard of economic growth and consequently the use of natural resources, which makes the speech contradictory. For the current standard of living and consumer society, where new and questionable "needs" are popping up, does not hold. In this sense, there are some current "ecosocial" with proposals for innovative actions of social and environmental development, which are mainly based on the value of "local knowledge".

Keywords: Environmental crisis, standard life, sustainability.

### 1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é vista como um tema polêmico e ambíguo, pois cada segmento da sociedade utiliza-se desse conceito conforme sua forma de interpretação, a qual muitas vezes possui interesses diversos. No meio acadêmico são encontrados vários estudos que

buscam um aprofundamento sobre a temática, muitos trazem para o debate a tentativa de formulação de novos enfoques dirigidos à implementação de políticas públicas específicas, com capacidade de superar a perspectiva produtivista e imediatista que convencionalmente sustenta a ação governamental no mundo como um todo.

<sup>1</sup> Mestre em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). E-mail: andreia.ufsm@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Email: loretoDEVargas@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). E-mail: alinegufe@gmail.com

<sup>4</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). E-mail: guriacccr@hotmail.com

<sup>5</sup> Professor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. E-mail: zecowiz@gmail.com



Um exemplo desse contexto são os discursos em torno da sustentabilidade do planeta utilizado pelas lideranças dos países desenvolvidos, os quais exigem dos países “subdesenvolvidos” providências em relação ao cuidado com o meio ambiente, como se fossem o exemplo em termos de preservação. Diante desse fato, é importante ressaltar que o primeiro passo rumo à sustentabilidade do planeta deveria ser a identificação dos problemas de cada país e suas causas, onde seria possível compreender a complexidade da problemática ambiental, buscando a construção de um novo conhecimento para minimizar a crise socioambiental de acordo com as distintas realidades.

Nesse sentido, a sustentabilidade deve ser entendida dentro de sua natureza multidimensional, onde as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais e ética devem ser consideradas, dentro do complexo processo de mudança do ponto de vista de sua implementação. Entretanto, a sustentabilidade como aplicação prática tem demonstrado grande distância em relação ao seu discurso teórico, em função das muitas necessidades que foram sendo criadas pela sociedade contemporânea, originando padrões de vida distintos, na maioria das vezes baseados num alto padrão de consumo que ultrapassa os limites de auto-regulação da natureza.

Este artigo constitui-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema, visando o entendimento do discurso e da ação prática desse conceito com o padrão de vida que vem sendo adotado pela sociedade atual. Para isso, o trabalho destaca várias correntes teóricas que divergem sobre os futuros da sociedade atual, ao mesmo tempo em que traz a perspectiva de uma abordagem teórica alternativa a crise socioambiental mundial. Uma perspectiva que parte da sociedade, ou melhor, da necessidade de uma mudança de percepção dos indivíduos.

## 2. SUSTENTABILIDADE, A POPULARIZAÇÃO DE UM CONCEITO

Esta terminologia está na pauta do dia da sociedade contemporânea, um assunto discutido por várias áreas do conhecimento, por órgãos governamentais, empresas privadas, ONGs, sociedade civil, dentre outros. Mas, ao mesmo tempo, tem se tornado um tema divergente a ideia que as pessoas/empresas têm sobre sustentabilidade, não tendo um único consenso, divergindo em função das orientações políticas e

ideológicas de cada segmento social.

Na visão de Mielgo & Guzmán (1995) existe um falso discurso ecologista, exposto pelos organismos internacionais que transmitem a ideia de que a agricultura está em perigo por causa dos países pobres, os quais representam uma população crescente que danifica a natureza com sua pobreza e não em função da forma de produção e consumo dos países desenvolvidos, identificado pelos autores como ecotecnocrático.

O Relatório de Brundtland – elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987 – é tido como o marco da definição do conceito de sustentabilidade, pois popularizou a definição mais conhecida do que seria sustentabilidade: aquela que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades. Reconhece-se a importância desse documento ao convertê-lo em um objetivo planetário, sendo aderido por praticamente todos os países e suas organizações.

No relatório foram formuladas algumas condições básicas para que se alcance a sustentabilidade: 1ª) produzir mais com menos (conservação dos recursos naturais, eficiência, melhores tecnologias e reciclagem); 2ª) reduzir o crescimento demográfico; 3ª) redistribuir em favor dos pobres o excesso dos “sobre-consumidores”; 4ª) necessidade de transição no uso de recursos, fazendo que a escala econômica seja coerente com as capacidades regenerativas e assimilativas dos sistemas globais. Questões que demonstram ser urgente a percepção da transição para outro modelo, mais sustentável.

Mas o referido relatório segue uma corrente ecotecnocrática. Autores como Drummond (2006) ressaltam que o Relatório Brundtland está cheio de contradições sobre os problemas que afligem a sociedade mundial. Na visão do autor, o documento tem razão quando faz referência a espécie humana e quando diz que existe somente um mundo, sendo necessário resolver os problemas ambientais para garantir-se um futuro para todos. Além disso, existe uma originalidade e relevância do conceito sustentabilidade ao reunir equidade e preocupação com as gerações futuras, embora ressalte algumas limitações do conceito.

Mas o autor chama a atenção para a questão da totalidade dos riscos ecológicos e, nesse sentido, o



documento apresenta-se bastante limitado. O ponto de partida do relatório baseia-se na forma insustentável que administramos o planeta, exemplificando-se isso ao fazer referência ao petróleo e ao gás natural que apresentam depósitos não renováveis, os quais são responsáveis por 60% da energia consumida globalmente e segundo o próprio relatório de Brundtland, as reservas atuais não suportariam um prazo superior a cinquenta anos.

Entretanto, o mesmo relatório prevê um aumento da produção industrial de cinco a dez vezes, como forma de se alcançar um crescimento econômico para satisfazer as necessidades essenciais, principalmente dos países que a maioria da população vive na pobreza. Discurso contraditório que voltou a aparecer alguns anos depois, ressaltando que o aumento de cinco a dez vezes na atividade econômica durante os próximos 50 anos, é a maneira correta de se alcançar sustentabilidade (Drummond, 2006).

O meio ambiente tem mostrado resposta a esse padrão de crescimento e, nos últimos anos, alguns eventos ocorridos estão demonstrando que o planeta ultrapassou os limites de exploração dos recursos naturais, visto que são notáveis algumas reações do sistema, como por exemplo: o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a degradação dos solos e a diminuição da biodiversidade (Goodland, 1997).

Nesse sentido, a grande questão e o desafio da sociedade atual é manter o tamanho da economia global, dentro dos limites de capacidade que o ecossistema tem para sustentá-lo, pois, como aponta o autor, o ecossistema global é fonte de todos os recursos que o subsistema econômico necessita, todavia é finito e possui uma capacidade de regeneração e assimilação limitada.

O autor registra que a pressão sobre o ambiente tem sido maior do que a capacidade de suporte do mesmo. A prova disso é que quase não existem mais lugares no mundo que não apresente sinais da atividade econômica do homem, inclusive existe uma dificuldade muito grande para encontrar lugares adequados para descarte de resíduos humanos, produtos químicos, tóxicos, metais pesados, sendo estes responsáveis pela contaminação das águas, do solo, do ar e do ambiente como um todo, com contaminação do ar acima do recomendado pela OMS, como consequências da interferência antrópica negativa sobre o meio ambiente,

sendo que algumas dessas ações são perfeitamente manejáveis de forma sustentável.

### 3. UM NOVO PADRÃO DE VIDA: NOVAS NECESSIDADES SÃO CRIADAS

A necessidade de uma forma de desenvolvimento sustentável surge após a “era” do progresso, pois, com a aceleração do crescimento econômico verifica-se uma metamorfose na natureza humana, no que diz respeito as suas necessidades. A manifestação de novas necessidades, antes não existentes, são as causas da mudança nos hábitos de consumo da população, onde a cultura e a natureza passaram a ser transformados em valores econômicos.

As diferenças nos modos de vida podem ser observadas relacionando-se com as diferenças nos níveis de vida. As maneiras de viver que antes eram tão variadas tornam-se cada vez mais uniformes, facilitando a utilização do conceito de padrão de vida (Latouche, 2000). Conforme o autor, nas últimas décadas o padrão de vida passou a ser medido pela quantidade de bens e serviços que podem ser adquiridos com a renda nacional média, uma questão que se refere ao conforto material e que pode ser quantificada ao se estabelecer um mesmo padrão para todos os países.

Continuando com a visão do autor, o conceito de padrão de vida evoluiu com o tempo: antes indicava uma maneira desejada de viver (um plano de vida) ou condições de vida normais (conteúdo de vida), após, o conceito passou a oscilar entre um nível de renda mínimo, não mais passível de redução e um nível de renda desejável. Nesse sentido, a preocupação deixou de ser as questões de qualidade e passou a ser a quantidade que domina a perspectiva ocidental.

O padrão de vida da sociedade passou a ser avaliado de acordo com o nível de consumo, mas a expansão dos hábitos ocidentais para o mundo não conseguiu estabelecer a igualdade universal de padrões de vida; pelo contrário, impôs o conceito como categoria principal da percepção da realidade social, transformando o aumento do consumo da sociedade em uma obrigação para os líderes das nações emergentes.

As muitas tentativas de medir o padrão de vida no Terceiro Mundo, de impulsioná-lo a níveis mais altos, contribuíram gradualmente para a própria negação do bem-estar. Os conceitos de riqueza e pobreza são

relativos, tendo seu significado variando de acordo com o que a cultura define como pontos de referência e com seu modelo de realidade. A pobreza era um conceito geral que envolvia uma interpretação cultural específica da necessidade de viver dentro de limites extremamente reduzidos, definida de forma diferente para cada lugar e em cada época (Illich, 2000).

O Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* tornou-se o indicador básico de um “modelo” de vida desejado e o critério essencial para medir o nível de desenvolvimento dos países. Com o passar dos anos, outros indicadores não monetários foram usados, porém todos quantitativos. A obsessão pela melhoria do padrão de vida negligencia algumas das dimensões mais importantes da vida. Existe uma preocupação com a necessidade de levar em consideração os múltiplos aspectos da realidade, através da incorporação de novos componentes do padrão de vida, pois a simples transferência de medidas estatísticas para o Terceiro Mundo (com realidades muito diversas) não tem dado certo (Latouche, 2000).

Atualmente a maior parte da população vive sob uma condição humana de dependência de bens e serviços – uma dependência que chamam de necessidade, termo que foi utilizado pela primeira vez no discurso oficial sobre desenvolvimento do Presidente Truman (Illich, 2000). Fazendo um paralelo entre necessidades vitais e necessidades letais, distingue dois tipos de necessidades vitais: as gerais e as específicas, sendo que a primeira são aqueles requerimentos que devem satisfazer incondicionalmente uma espécie para poder conservar a vida e o segundo tipo são aquelas que variam segundo as especificidades inerentes de cada espécie ou comunidade humana.

O autor ainda faz menção à existência de um terceiro tipo, que chama de “necedades”, sendo aquelas criadas artificialmente pela sociedade técnico-industrial. Para suprir essas “necedades”, calcula-se que aproximadamente 40% da produção primária anual mundial estejam sendo utilizado e este valor tende a aumentar se continuar o atual ritmo de crescimento da população e do consumo.

#### **4. ALTERNATIVAS PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: CORRENTES ECOSOCIAIS**

A superação da crise ambiental, social e ética por meio da lógica econômica, não abandonando o padrão

da modernização e não alterando o modo de produção capitalista de um modo geral, não pode mais ser encarada como a solução para a sustentabilidade do planeta.

Uma alternativa para a abordagem conservadora é a Teoria da Sociedade de Risco, de Ulrich Beck, a qual representa uma alternativa crítica radical, por considerar a existência do conflito ecológico e da desigualdade de poder sobre as técnicas. Essa teoria teria surgido no momento em que os riscos se desconectam dos fundamentos da “calculabilidade” do seguro (Acsehrad, 2002).

Nesse sentido, Leff (2007) traz uma contribuição interessante para o debate, propondo estudar o ambiente a partir da complexidade e não da linearidade, vindo a complexidade ambiental concebida a partir da perspectiva da crise do conhecimento. O autor argumenta que a crise ambiental é antes de tudo uma crise da racionalidade, da modernidade e remete a um problema de conhecimento.

Na opinião do autor, a solução implica num processo de desconstrução e reconstrução do pensamento, onde a questão ambiental é mais do que uma problemática ecológica, é uma crise do pensamento e de entendimento, da ontologia e da epistemologia. Conforme a maneira que a civilização ocidental tem compreendido: o ser e as coisas, a racionalidade científica e tecnológica com que tem sido dominada a natureza e as relações e interdependências entre estes processos materiais e simbólicos.

Sendo assim, estudar a complexidade ambiental implica em uma nova compreensão do mundo, implica em uma revolução do pensamento, na desconstrução do pensado para pensar o ainda não pensado, uma mudança de mentalidade, com a transformação do conhecimento, a transformação das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade, entendendo as condições do ser e as coisas que os tem levado a configurar as concepções de mundo.

Outra visão teórica importante é a de Funtowicz & Marchi (2000), onde os autores sugerem o estabelecimento da ciência como uma peça chave no debate sobre o desenvolvimento sustentável, devendo a pesquisa trabalhar com a prevenção e identificação precoce de problemas e oportunidades, não esperando que os problemas se mostrem grandes para posteriormente pensar nas soluções.



Nesse cenário propõe-se uma nova prática científica, onde a ciência reconheça seus limites e seja capaz de dialogar com outras fontes de saberes e valores. Os autores propõem uma ciência pós-normal, onde a mesma proporciona um contexto, uma prática e um compromisso para que os problemas tenham oportunidade de resolução autêntica. Não busca verdades instrumentais e a conquista da natureza, mas a necessidade de uma relação harmoniosa entre a humanidade e a natureza.

A ciência pós-normal trabalha com a interdisciplinaridade como resposta à complexidade dos problemas ambientais, defende o diálogo e a participação das comunidades locais, porque elas são conhecedoras de suas necessidades. Defende ainda a resolução social de problemas, incluindo a participação e a aprendizagem mútua entre os agentes envolvidos, em vez da busca de soluções definitivas ou impostas por determinados seguimentos da sociedade.

Um exemplo relatado pelos autores, diz respeito aos efeitos das inovações tecnológicas na agricultura. As inovações trazem conseqüências que podem ser verificadas na qualidade do solo e da água em sistemas intensivos, além das conseqüências para a saúde humana, na oferta energética, na produção de alimentos e para o meio ambiente como um todo.

Nesse sentido Funtowicz & Marchi (2000) colocam que não necessariamente mais tecnologia científica vai resultar em uma sociedade sustentável, já que as relações dos avanços ocorridos, das tecnologias científicas e a questão do desenvolvimento sustentável são temas complexos, ambíguos e de múltiplas facetas.

Os avanços científicos possuem aspectos positivos e negativos, de acordo com a escala de valores das pessoas. Nesse sentido, o que pode ser questionado é o fato de que poucos desfrutam desse progresso, poucos têm condições de pagar financeiramente por eles, mas todos acabam pagando um alto custo ambiental.

Outra contribuição para o debate vem do Movimento de Ecologia Profunda (MEP), que tem como principal expoente desse movimento o filósofo norueguês Arne Naess. O MEP propõe uma aproximação da ecologia que faz uso do método científico, com a filosofia que se apresenta como mais geral para debater os fundamentos descritivos e prescritivos, chamando essa fusão de *ecofilosofia* ou *ecosofia*.

Isso mostra que os questionamentos da crise ambiental têm ultrapassado os limites da ecologia, fazendo

interseções com a ciência ecológica e a disciplina de filosofia, onde surge esse novo campo de estudo, o qual sugere que se utilize o desenvolvimento ecologicamente sustentável como um conceito-guia, em uma etapa de transmissão que oriente até um novo marco de prioridades, onde a lógica da vida predomine sobre a lógica do consumo e os valores éticos se imponham sobre os valores econômicos, havendo uma mudança na maneira de pensar, perceber e valorar o mundo.

O MEP não nega o valor do aporte científico da ecologia, mas vai além de uma visão parcial, sendo que esse movimento constitui um ramo recente da filosofia ecológica, considera os seres humanos como parte de seu meio e assim propõe mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas para conseguir uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e os demais seres vivos (Bugallo, 2008). Desta forma, evidencia-se a riqueza de relações e inter-relações entre as diversas áreas das ciências naturais e sociais com o MEP.

O movimento pretende aprofundar o porquê da problemática ecológica, indo além de soluções paliativas, propondo avanços no entendimento das causas estruturais, já que essas causas são geradoras de um modelo de sociedade que ameaça a vida no planeta. Por isso é importante refletir sobre o desenvolvimento sustentável dentro do marco da ecologia profunda, pelo fato desse debate conduzir a muitas perguntas e proposições que vão além do campo técnico científico.

## 5. CONCLUSÕES

A sustentabilidade é um termo relativamente novo no debate científico, mas ganhou destaque na última década devido às crescentes preocupações com a crise socioambiental, que foi causada pela forma exagerada e desmedida de consumo dos recursos naturais do planeta, em função das mudanças no padrão de vida da sociedade contemporânea.

A padronização da vida social, das formas de consumo e as mudanças das necessidades sociais passaram a ser idealizadas por uma questão estritamente econômica, fato que alguns autores criticam com veemência ao relatarem que o mundo não pode ser visto reduzindo-se ao termo padrão de vida, até mesmo para que não se perca a diversidade humana que nele consta.

A sociedade precisa chegar um consenso em nível mundial de que é impossível termos um grau de crescimento infinito com recursos finitos dos quais o planeta dispõe, que o estilo de vida das sociedades desenvolvidas não poderá ser extensivo a todo mundo, por ter limites ecológicos e populacionais, e representaria uma ameaça para a sobrevivência da vida humana no planeta.

A submissão da natureza aos ciclos de rotação e acumulação do capital tem provocado diferentes formas de desigualdades, evidenciando a necessidade de um controle desse processo “destruidor da natureza”, estimulado pelo desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o maior desafio a ser enfrentado é quanto a transformação de todas as ideias de conservação e preservação em atitudes reais.

Para isso, não existe uma receita pronta a ser aplicada a qualquer realidade, mas existem formas para um começo. Uma dessas formas seria a valorização das inúmeras experiências locais que ocorrem isoladamente, como as técnicas ambientalmente mais responsáveis: utilização de energia solar e eólica, incentivo ao transporte coletivo de qualidade, coleta seletiva e reciclagem, reutilização da água, estímulo a cadeias curtas, dentre outras. Estas atitudes beneficiariam de fato os diversos setores da sociedade e não somente as grandes corporações.

## 6. LITERATURA CITADA

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. In: XXI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto/ MG, 2002. Disponível em: <portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?...e...social\_do\_risco>. Acesso: 06 de mar de 2012.

BUGALLO, A. Relación del movimiento ecología profunda con distintos campos de la ciência. En: MONJEAU, A. (ed.) **Ecofilosofía**. Curitiba: Fundação O Boticário, 2008.

DRUMMOND, J.A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.62, p.5-25, 2006.

FUNTOWICZ, S.; MARCHI, B. Ciencia posnormal, complejidad reflexiva y sustentabilidad. 2000. In: **La Complejidad Ambiental**. Coord: LEFF, E. Mexico: Editora Siglo XXI / PNUMA. p.54-84.

GOODLAND, R. La tesis de que el mundo está en sus límites. In: GOODLAND, R.; DALY, H.; EL SERAFY, S.; DROSTE, B.V. (Eds.) **Medio ambiente y desarrollo sostenible: más allá del Informe Brundtland**. Madrid: Editorial Trotta, 1997. p.19-36.

ILLICH, I. Necesidades In: SACHS, W. **Diccionario do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

LATOUCHE, S. Padrão de Vida. In: SACHS, W. **Diccionario do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

LEFF, E. Pensar la complejidad ambiental. In: **Gaia Scientia**, 2007. p.47-52. Disponível em: <[http://www.prodema.ufpb.br/revistagaia/edicao01/artigos/artigo\\_05.pdf](http://www.prodema.ufpb.br/revistagaia/edicao01/artigos/artigo_05.pdf)>. Acesso: 05 de mar. 2012.

MIELGO, A.M.A.; GUZMÁN, E.S. El discurso Ecotecnocratico de la Sostenibilidad. In: MARIN, A.C. (Coord.) **Agricultura e Desarrollo Sostenible**. Ministerio de Agricultura, Pesca e Alimentación. Madrid, 1995. p.91-119. ISBN 84-491-0100-X.

Recebido para publicação em 27/05/2012 e aprovado em 11/12/2012.

